

A EDUCAÇÃO E A NARRAÇÃO DA VIDA: POR QUE TEMOS QUE REMEMORAR AS EXPERIÊNCIAS DA PANDEMIA?

LA EDUCACIÓN Y LA NARRACIÓN DE LA VIDA: ¿POR QUÉ TENEMOS QUE RECORDAR LAS EXPERIENCIAS DA LA PANDEMIA?

EDUCATION AND THE NARRATIVE OF LIFE: WHY DO WE HAVE TO REMEMBER THE EXPERIENCES OF THE PANDEMIC?

Claudecir dos SANTOS¹

RESUMO: Esse artigo é fruto de diferentes experiências no campo da educação, entre elas, uma pesquisa *Stricto sensu* que fez aproximações de alguns conceitos benjaminianos para com a educação. Fundamentado, portanto, na obra do filósofo alemão Walter Benjamin, o artigo discute sobre a educação e a narração da vida, procurando mostrar que a rememoração é um ato educativo que precisa ser aprimorado. O objetivo do artigo é perceber como, em tempos de pandemia, a educação e a narração da vida se articulam e são lembradas *nas e através das* experiências humanas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Experiência. Memória. Pandemia.

RESUMEN: Este artículo es el resultado de diferentes experiencias en el campo de la educación, entre ellas, una investigación *Stricto sensu* que hizo aproximaciones de algunos conceptos benjaminianos a la educación. Basándose, por lo tanto, en el trabajo del filósofo alemán Walter Benjamin, el artículo discute sobre la educación y la narración de la vida, tratando de mostrar que la rememoración es un acto educativo que necesita ser mejorado. El objetivo del artículo es comprender como, en tiempos de pandemia, la educación y la narración de la vida se articulan y se recuerdan en y a través de las experiencias humanas.

PALABRAS CLAVE: Educación. Experiencia. Memoria. Pandemia.

ABSTRACT: This article is the result of different experiences in the field of education, among them, a *Stricto sensu* research that made approximations of some benjaminian concepts to education. Based, therefore, on the work of the German philosopher Walter Benjamin, the article discusses education and the narration of life, looking to show that rememoration is an educational act that needs to be improved. The goal of this article is to understand how, in times of pandemic, the education and the narration of life articulate and remembered in and through human experiences.

KEYWORDS: Education. Experience. Memory. Pandemic.

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó – SC – Brasil. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Graduação em Ciências Sociais. Pós-doutorado em Educação Comparada, desenvolvido junto ao Grupo de Investigação (GIR) de Educação Comparada y Políticas Educativas (USAL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3304-757X>. E-mail: claudedir.santos@uffs.edu.br

RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. esp. 2, p. 1204-1220, jun. 2022. e-ISSN: 1982-5587

DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.2.15905>

Introdução

Ao tratar da temática em questão, o artigo toma como referência central a obra do filósofo alemão Walter Benjamin², ou, pelo menos, alguns conceitos problematizados por ele. Ou seja, a fundamentação das discussões que essa temática propõe encontra guarida, em grande medida, nos escritos benjaminianos sobre memória, experiência, narração e linguagem. A título de curiosidade, mas também de informação, importa dizer nesse início de conversa que a pergunta presente na segunda parte do título é inspirada em uma observação de outro autor da Teoria Crítica, Herbert Marcuse.

No seu livro *Eros e Civilização*, resgatando passagens da obra de Freud, Marcuse fala das diversas implicâncias que marcam a trajetória e as relações humanas no mundo, afirmando que: *as pessoas morreriam sem terror quando soubessem que aquilo que elas amam está protegido da miséria e do esquecimento*. Adiante retomaremos essa afirmação, por ora, importa dizer que quando nos damos conta de que “a covid-19, doença causada pelo SARS-CoV-2, identificado há quase dois anos em Wuhan, no centro da China, fez já mais de 5,1 milhões de mortos. O número de infecções em todo planeta subiu, em 23 meses, a 252 milhões”³, aí então percebemos o impacto de afirmações como essa de Marcuse. Ou seja, a *covid-19* escancarou as fragilidades humanas e mostrou que milhares de seres humanos partiram sem a certeza de que aquilo que amavam ficou protegido da miséria e do esquecimento.

Em situações assim, a narração da vida tende a conjugar diferentes tempos para poder justificar as experiências vividas, e é nesse contexto que a memória passa a ter importante papel na estruturação das experiências. É exatamente nesse ponto que as ideias de Benjamin sobre experiência e memória ganham força, pois o seu principal questionamento sobre isso está na fragilidade dessa lembrança, ou seja, as experiências do presente estão, em grande medida, relacionadas com a percepção que os indivíduos do presente têm do passado. Se essa percepção for falha, equivocada ou ingênua, a experiência estará comprometida. Daí uma

² Walter Benjamin (1892-1940), pensador judeu/alemão, foi um dos representantes da chamada Escola de Frankfurt, um dos autores da Teoria Crítica. De acordo com um dos seus estudiosos, quando nos apropriamos da obra desse autor, notamos que Benjamin foi, por um lado, um escritor “distante de todas as correntes.” (LÖWY, 1989, p. 85) e por outro, mesmo sendo “inclassificável, irredutível aos modelos estabelecidos, ele está ao mesmo tempo no cruzamento de todas as estradas” (LÖWY, 1989, p. 85). Com essa postura, Benjamin desenvolveu uma filosofia da história com alcances interpretativos que merecem ser revisitados em momentos de perigos. Estamos em um desses momentos, daí a razão em trazer Benjamin ao debate.

³ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-11/oms-acende-sinal-de-alerta-mortalidade-por-covid-19-sobe-na-europa>. Acesso em: 10 nov. 2021.

primeira reflexão que já poderíamos fazer sobre as percepções que as gerações futuras terão daquelas que vivenciaram a pandemia *covid-19*.

Aqui já temos alguns elementos que ajudam a responder à pergunta: por que temos que rememorar as experiências da pandemia? Mas tentaremos explicar ao longo do texto que essa rememoração é um ato educativo que precisa ser aprimorado. O objetivo do artigo, portanto, é perceber como, em tempos de pandemia, a educação e a narração da vida se articulam e são rememoradas nas experiências humanas.

O artigo está organizado em três seções: 1) Os perigos do esquecimento nas relações entre a linguagem e a memória; 2) A comunicação de uma experiência e a rememoração enquanto um trabalho educativo; e, 3) A educação e a narração da vida. Respondendo à pergunta: por que temos que rememorar as experiências da pandemia? Nessas três seções pretendemos discorrer sobre o objetivo geral e responder às questões centrais expostas no título e resumo desse artigo. Nas considerações finais, resgatando os conceitos de experiência e memória, o artigo destaca a importância de um processo educacional que expresse a dimensão política da memória, com todas as suas condições de possibilidades.

Os perigos do esquecimento nas relações entre a linguagem e a memória

Indentado. Não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa (BENJAMIN, 1994, p. 223).

Walter Benjamin não escreveu, especificamente, uma teoria da memória, mas fez, com certeza, uma interessante reflexão sobre a atividade de rememoração, também lida como a perda da memória e esquecimento. É nos textos: *A Imagem de Proust* e *Sobre Alguns Temas em Baudelaire*, principalmente, que encontramos as reflexões mais fecundas de Benjamin sobre a memória e a rememoração.

A perda de experiência, consequência em grande parte do desenvolvimento do modo capitalista de produção, leva o indivíduo moderno a uma perda da memória histórico-social. Benjamin exemplifica essa perda no ensaio *A Imagem de Proust*, dizendo que Proust não descreveu em sua obra uma vida como de fato foi e, sim, uma vida lembrada por quem viveu. Porém, escreve Benjamin, “esse comentário é difuso, e demasiadamente grosseiro. Pois, o

importante para o autor que rememora, não é o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penélope da reminiscência” (BENJAMIN, 1994, p. 37)⁴.

O mito de Penélope serve para ressaltar que a rememoração está ligada ao desenvolvimento da história, mas ela também faz parte e ganha sentido no presente. O fazer e o desfazer auxiliam a reminiscência em relação ao que já se foi, ou já se fez. No entanto, Benjamin diz: “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIN, 1994, p. 37). Essa segunda condição, a do acontecimento lembrado, é fundamental para superarmos o esquecimento. Entretanto, para que o ato de rememorar exista, é fundamental que o lembrar/esquecer seja constante.

Em um artigo sobre a metaforização da memória, ou a dialética da rememoração, Martha Lourenço Vieira explica por que a concepção de memória para Benjamin é o oposto do trabalho de Penélope.

Penélope tece de dia e desfaz o tecido à noite, ela tece e “destece”. No trabalho de rememoração para Benjamin, tem-se o movimento inverso, ou seja, o movimento de destecer. Dito de outro modo, a rememoração é o ato de destecer as impressões esquecidas, tecidas no inconsciente, é sonhar, é imaginar. [...] Rememorar em Benjamin é voltar a sentir, é reviver a sensibilidade perdida, esquecida (VIEIRA; SILVA, 2007, p. 22).

A metáfora da tecedura é, sem dúvida, um importante parâmetro encontrado por Benjamin para expor sua concepção de memória. Concepção essa que precisa ser analisada com cuidado para não cair nas armadilhas de interpretações equivocadas. O perigo: as armadilhas estão em uma possível confusão entre a concepção de memória que Benjamin desenvolveu e a crítica que ele fez sobre a concepção desenvolvida por outros autores; é preciso sempre ter clareza dessa diferença. No ensaio sobre *Alguns Temas em Baudelaire*, por exemplo, Benjamin cita algumas ideias de Proust, ora para explicar o que Proust pensava sobre a memória, ora para diferenciar e desenvolver a sua própria concepção.

Quanto à concepção que Benjamin desenvolve e defende, é possível notar que entre as formas de explicar como acontece esse processo de rememoração, Benjamin dá ênfase às relações existentes entre o trabalho de rememorar e a possibilidade da reprodução de

⁴ No mito, Penélope é esposa de Ulisses, que durante vinte anos se ausenta, empenhado na guerra de Tróia. Forçada pelos pretendentes a escolher entre eles um novo marido, resistiu o quanto pôde, adiando sucessivamente a indesejada eleição. Quando não lhe foi mais possível escapar a decisão, arquitetou uma estratégia, que ficou famosa: prometeu que escolheria um deles para marido, tão logo acabasse de tecer a mortalha de seu sogro Laerte, mas todas as noites desfazia o que fizera durante o dia. O logro durou três anos, mas, denunciada por algumas de suas servas, começou a defender-se de outras formas (VIEIRA; SILVA, 2007, p. 21).

experiências através da imagem do consciente. A experiência, diz Benjamin, é a matéria da tradição, tanto na vida privada quanto na coletiva. “Torna-se menos com dados isolados e rigorosamente fixados na memória, do que com dados acumulados, e com frequência inconscientes que afluem à memória” (BENJAMIN, 1992, p. 103).

É sabido que a integração e desintegração do eu humano do mundo se dá na e com a linguagem por meio das articulações entre passado e futuro que são possíveis através das representações da memória. Guiando-se por uma representação discursiva, a memória individual de um ser humano é ativada quando este necessita localizar-se no tempo e no espaço. Porém, esta forma de representação não resulta apenas de um exercício individual, ela é parte de um exercício complexo que inclui manifestações coletivas e, inclusive, não linguísticas.

A produção dessas manifestações se dá entre os indivíduos nas relações diretas entre si e por meio de instituições. Por conta disso, aproximar-se da verdade dos fatos é, mais do que uma árdua tarefa, uma experiência que tem levado ao longo da história muitas pessoas a caírem no feitiço das conveniências e parcialidades.

Dentro desse contexto, o pensado, o escrito e o falado podem servir a interesses que se distanciam do bem comum, da possibilidade da emancipação humana, política e social. Não é incomum encontrarmos reflexões acerca desse pensamento que apontam as classes dominantes como as detentoras de um controle sobre a memória, com o intuito de garantir o domínio e a exploração sobre as demais classes subalternas.

Quando a memória é ativada no intuito de dar início a um exercício, seja individual, a partir das reflexões pessoais sobre sua história de vida, seja coletivo e social, a partir da atuação das instituições e o desenvolvimento de aspectos culturais, jurídicos e políticos na construção de uma sociedade, tem início o desencadear de um processo que, em si, pode até não ser longo, mas as consequências (desse processo) poderão ultrapassar gerações. Dito de outro modo, ao conjugar passado e presente, o exercício da memória conjuga um passado social e um presente social, portanto, este exercício é entendido como uma construção social.

É no relacionamento dependente das representações da memória com as mascaradas manifestações de poder que podemos perceber os aspectos políticos do uso da linguagem através da memória. O controle sobre a memória é uma das tarefas muito bem arquitetadas por aqueles que desejam manter-se em alguma forma de poder. Criar categorias, através da linguagem, para a organização do pensamento, da fala e da escrita, é uma das formas de prostituir a lógica, relativizar o conhecimento e guiar raciocínios em benefício de uma

conclusão pré-determinada. Essa é uma das práticas que explica o que significa estar à mercê de uma instrumentalização da linguagem. Walter Benjamin tinha essa preocupação. Para ele, a linguagem totalmente instrumentalizada, reduzida em códigos e símbolos, ao invés de contribuir para a libertação do ser humano, o empobrecia, pois ela deixa de ser tudo o que é para manifestar-se somente através de códigos e símbolos criados por quem se considera “dono” da linguagem.

São extremamente estreitas as relações de manifestação da memória com as manifestações de poder. Estar no poder e ser o poder exige ter o domínio sobre o tempo dos outros, os conhecimentos dos outros e, até mesmo, sobre as vontades dos outros. Todas essas formas de domínio são importantes para manter o poder e manter-se nele. Esse poder engrandece de forma astronômica quando há controle sobre a memória dos dominados.

A condição de controle sobre a memória dos outros é a melhor condição para a manutenção do poder, embora essa, certamente, não seja uma tarefa simples de se desempenhar. O que se passa na mente das pessoas, sejam elas dominadores ou dominados, por mais aberta que seja a vida do indivíduo, continua sendo um mistério. É devido a essa realidade que a linguagem passa a ser usada para criar condições e situações, onde a construção, circulação e interiorização do conhecimento são condicionadas.

O resgate ou restabelecimento da dignidade da memória é consequência do resgate, ou restabelecimento da dignidade da linguagem. O não esquecimento é resultado da capacidade do voltar-se e do aproximar-se do momento histórico dos acontecimentos. Quanto mais isso acontece, mais próximo da verdade dos fatos é possível estar. Para conseguir tal feito, não se pode renunciar a uma memória ativa. Manter uma memória ativa é possível ao ter conhecimento sobre os mecanismos e as motivações do desenvolvimento da linguagem. Nesse sentido, é de fundamental importância saber que a linguagem é uma construção histórica e, por esse motivo, influi na produção do saber e do não saber.

São os aspectos políticos circundantes à linguagem que determinam, ou sugerem o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. São neles e com eles que a memória se manifesta, por isso, mais do que sugerir pela manutenção ou reativação da memória, será preciso estar atento ao desenvolvimento da linguagem e das implicações políticas inseridas no bojo desse desenvolvimento. Para Benjamin, “a verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é conhecido” (BENJAMIN, 1994, p. 224).

Reencontrar o passado no presente é, para Benjamin, uma das possibilidades mais férteis para compreendê-lo, mas isso não significa que ele desejava voltar ao passado e lá viver. Em seu entendimento, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como de fato ele foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1994, p. 224). Para ele, o passado tem uma relação profunda com o presente, e deste, procura-se interrogar aquele em busca das experiências que ajudam a esclarecer a realidade.

A memória, para Benjamin, é um dispositivo enriquecido por elementos libertadores com capacidades rememorativas, mas essa condição não garante por si só um resgate ou compreensão do passado por inteiro. Na verdade, Benjamin nem pretende isso, sua crença é de que somente recuperam-se, do passado, manifestações em forma de relampejos, fragmentos. Devido a isso, escreve Gagnebin, “é preciso deslocar, por assim dizer, o núcleo do passado de um invólucro de imagens pré-fabricadas que nos impedem de percebê-lo em sua verdade” (GAGNEBIN, 1993, p. 52).

Cumprir com as exigências teóricas e práticas que a memória é capaz de estabelecer com quem dela faz uso, certamente, não é uma tarefa simples, principalmente porque exige esforço e capacidade de compreensão acerca das potencialidades e perigos que a memória constantemente corre. Daí a importância em compreender os efeitos da dimensão política da memória e o desejo de controle de alguns sobre a memória dos outros. Viver em um lugar onde algumas pessoas ou grupos mantêm sob seu controle os dispositivos para gerenciar as memórias sociais é viver sob ameaças e chantagens de toda a ordem.

É nesse contexto que entendemos ser necessário, na narração da vida, rememorar as experiências da pandemia, mas precisamos rememorar muito mais do que a pandemia em si, ou seja, precisamos rememorar as causas e significados de uma pandemia; as condições de enfrentamento (econômicas, sanitárias...) de cada país; as razões para o *negacionismo* científico no século XXI etc. É possível fazer isso de diferentes formas e em diferentes espaços, mas seria um equívoco histórico se os espaços educativos abrissem mão dessa tarefa.

O perigo do esquecimento se revela mais preocupante quando ele é “pedagogicamente” pensado e colocado em prática. Nessas condições, de forma disfarçada e mascarada, narrativas *fakes* poderão ser espalhadas e, gradualmente, atingir as memórias coletivas. Assim, as experiências do amanhã poderão se repetir com os mesmos erros do hoje e do ontem. Portanto, se desejamos que a geração presente e as futuras gerações enriqueçam suas experiências, precisamos interpelá-las nas suas inteirezas. Precisamos rememorá-las,

criando condições para não repetir o que provocou e provoca mortes. Nesse sentido, se os espaços da educação formal, em especial as escolas e as universidades, enquanto espaços de produção de conhecimentos fundamentados em bases científicas, não assumirem o compromisso de protagonizarem a problematização e a interpretação da história e das experiências da pandemia, outras pessoas e instituições o farão. Obviamente, muitas dessas poderão desenvolver um trabalho sério, com significativas contribuições para o futuro da humanidade, mas, ao mesmo tempo, serão tantas aquelas que o que mais farão será obscurecer a história.

Portanto, que fique claro, a defesa desse artigo é para que os espaços educacionais não abram mão da responsabilidade de tornar claro o que aconteceu *com e durante* a pandemia (*Covid-19*). A educação formal tem responsabilidades com a narração da vida, por isso temos que rememorar as experiências da pandemia, mas essa ação não pode ser um acontecimento isolado, precisa fazer parte de um processo educativo. É sobre isso que discutimos na próxima seção.

A comunicação de uma experiência e a rememoração enquanto um trabalho educativo

Articular historicamente o passado não significa ‘conhecê-lo como de fato ele foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja num momento de perigo (BENJAMIN, 1994, p. 224).

Construir e compreender a história são tarefas dos sujeitos que atuam nela. Mas esses sujeitos, ao se tornarem protagonistas da história, precisam atentar para os contextos em que se inserem enquanto constroem e interpretam a história, pois, de acordo com Benjamin, “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o tempo saturado de agoras” (BENJAMIN, 1994, p. 229). Isso equivale a dizer que a construção da história que Benjamin propõe deverá pronunciar uma linguagem provedora de uma confiança no restabelecimento dos *instantes agoras* do passado. Somente assim será possível perceber os inúmeros *agoras* do presente que determinarão os rumos do futuro.

É nesse contexto que a experiência coletiva ganha relevância. Mas, considerando que o conceito já foi “apresentado” na introdução desse artigo, partimos agora de um exemplo descrito por Benjamin para melhor entender essa relevância. Trata-se da parábola do velho que no momento da morte revela aos seus filhos a existência de um tesouro contido em seus vinhedos. Depois da notícia dada aos filhos, estes cavam, fazem buracos, mas não encontram

nenhum tesouro. Com a chegada do outono, porém, as vinhas produzem mais do que as outras da região.⁵

Essa parábola que não é história, mas um recurso para ensinar história, relatada no ensaio *Experiência e Pobreza*, é contada por Benjamin para esclarecer, inicialmente, o que é uma experiência, pois foi somente após a boa colheita da uva, resultado da terra mexida, que os filhos compreenderam o que o pai lhes havia transmitido. “Só então compreenderam que o pai lhes havia transmitido uma certa experiência: a felicidade não está no ouro, mas no trabalho” (BENJAMIN, 1994, p. 114).

Para uma melhor compreensão, entretanto, do conceito de experiência (*Erfahrung*) em Benjamin, parece ser preciso lê-lo em paralelo ao ensaio *Experiência e Pobreza*. É a partir da pobreza das experiências e da dificuldade, em alguns casos da impossibilidade, de contá-las que conseguimos ter um entendimento mais amplo do conceito benjaminiano de experiência. Jeanne Marie Gagnebin diz que a experiência, para Benjamin, primeiro, “se inscreve numa temporalidade comum a várias gerações. Ela supõe, portanto, uma tradição compartilhada e retomada na continuidade de uma palavra transmitida de pai a filho” (GAGNEBIN, 1994, p. 66).

Nessa transmissão, a narração se transforma em um dos principais dispositivos para o compartilhamento de experiências. No livro, *História e Narração em Walter Benjamin*, a filósofa Jeanne-Marie Gagnebin ocupa-se com algumas questões relacionadas à narração para explicar como ela impacta na constituição do sujeito. Conforme a autora, “essa importância sempre foi reconhecida como a da rememoração, da retomada salvadora pela palavra de um passado que, sem isso, desapareceria no silêncio e no esquecimento” (GAGNEBIN, 1994, p. 3). Nesse sentido, o papel desempenhado pela narração torna-se fundamental para o desenvolvimento de um sujeito conhecedor das coisas e de si mesmo.

Para melhor justificar a afirmação de que a narrativa serve como um meio contribuinte para a busca de identidade, Gagnebin apresenta o exemplo da *Odisséia*, primeira grande narrativa. A *Odisséia*, lembra a autora, é o “modelo fundador da busca da identidade”

⁵ Destacamos aqui a ideia central desta parábola, porém, o relato completo e as decorrentes observações sobre ela podem ser encontrados no início do texto *Experiência e Pobreza*, escrito por Benjamin. Alguns estudiosos de Benjamin, como a filósofa Jeanne Marie Gagnebin, interpretam esta parábola afirmando que ela nos explica “como nos tornarmos ricos” (GAGNEBIN, 1994, p. 65). Isso fica elucidado, no caso dessa parábola, quando os próprios filhos reconheceram que a riqueza não provém de nenhum tesouro, mas sim, da experiência que o pai moribundo lhes transmitiu.

(GAGNEBIN, 1994, p. 4). Ela descreve a volta de Ulisses, protagonista da história, ao seu país de origem⁶.

Durante essa viagem, Ulisses enfrenta vários contratempos, luta com monstros e vence graças a sua astúcia. E, assim, entre idas e voltas, perdendo-se pelos diversos caminhos, ele prossegue em sua viagem. Entretanto, destaca Gagnebin, “devemos afirmar que a viagem de Ulisses, se é explicitamente uma viagem de retorno, só se torna uma odisséia graças aos obstáculos que impedem esse retorno” (GAGNEBIN, 1994, p. 4). Narrativa e memória fazem parte dessa viagem de retorno de Ulisses e estão presentes na essência dos obstáculos que Ulisses enfrenta. Segundo afirma Gagnebin, “os obstáculos não são simplesmente, os signos do ódio divino, mas também provêm da negligência e do esquecimento ativos de Ulisses” (GAGNEBIN, 1994, p. 4). Nesse caso, a falta de memória é porque o trabalho de rememoração não aconteceu, e se não aconteceu, é porque não existiram narrativas que proporcionassem ensinamentos.

A Odisséia, por caracterizar-se como uma viagem cheia de aventuras extraordinárias, é o maior exemplo do uso, relações e emprego dos conceitos aqui estudados. Não é só a narrativa que aparece na Odisséia. Memória, experiência e linguagem também compõem o cenário desta viagem. Para Gagnebin, “tudo acontece na odisséia como se houvesse implicitamente uma força da narração que faz esquecer e, explicitamente, uma força rememoradora, as quais se conjugam para constituir a narração” (GAGNEBIN, 1994, p. 5). Todo esse desenvolvimento, ora de esquecimento, ora de recuperação do esquecimento, faz parte da vida do sujeito. Dito com as palavras da autora, é todo esse “movimento de vaivém que a astúcia de Penélope configura, fazer diurno e desfazer noturno da tecelagem, dupla trama rememoradora e esquecida que constitui o sujeito” (GAGNEBIN, 1994, p. 5).

O relato da Odisseia é um exemplo, entre tantos outros, de recorrência de Benjamin à tradição para explicar o que ele percebia em seu tempo. Mas ele sabia da complexidade dessa tarefa, por isso tinha muitas preocupações com a narração. De acordo com Gagnebin, se a problemática da narração “preocupa Benjamin desde tanto tempo⁷ e continuará a preocupá-lo

⁶ Gagnebin faz uma interessante observação quanto às contribuições de Adorno e Horkheimer, na Dialética do Esclarecimento, sobre esse assunto: “Na sua notável interpretação, Horkheimer e Adorno transformam as etapas dessa viagem em tantas etapas da constituição do sujeito racional, em luta contra as forças do mito que representam, de maneira privilegiada, as forças desenvolvidas do esquecimento. A razão ocidental constituir-se-ia assim no mesmo gesto de retomada pela memória e pela narração contra as tentações regressivas as quais sucumbem os companheiros de Ulisses” (GAGNEBIN, 1994, p. 4).

⁷ O Narrador retoma vários esboços nos quais Benjamin trabalhava desde o fim dos anos de 1920 e que ele recolhe sob a égide de Nikolas Lesskov, autor russo da segunda metade do século XIX, sobre a qual a revista *Orient et Occident* lhe encomendou um artigo (GAGNEBIN, 1994, p. 64).

até sua morte, é porque, essa problemática, concentra em si, de maneira exemplar, os paradoxos da nossa modernidade e, mais especificamente, de todo o seu pensamento” (GAGNEBIN, 1994, p. 65).

Um exemplo desses paradoxos que a modernidade apresenta é a perda da autoridade na hora de contar uma experiência. Essa autoridade não é privilégio de quem possui um conhecimento formal privilegiado. Essa autoridade, “mesmo o pobre diabo possui ao morrer, para os vivos em seu redor. Na origem da narrativa está essa autoridade” (BENJAMIN, 1994, p. 208-209). No texto *O Narrador*, principalmente quando fala da ligação existente entre morte e narração, Benjamin discute essa perda de autoridade.

No início das observações de Benjamin sobre a relação entre morte e narrativa, destaca-se o fato do enfraquecimento da ideia de eternidade estar influenciando, ou pelo menos coincidindo, com uma aversão crescente ao trabalho prolongado. Essa conclusão não é propriamente de Benjamin. Ele cita um autor chamado *Valéry* e, em seguida, afirma que “a idéia de eternidade sempre teve na morte sua fonte mais rica. Se essa idéia está se atrofiando, temos que concluir que o rosto da morte deve ter assumido outro aspecto” (BENJAMIN, 1994, p. 207).

Esse novo aspecto dado à morte precisa, obviamente, ser melhor analisado, mas, por enquanto, podemos dizer que não se trata de questões religiosas, místicas ou supersticiosas, que apenas falam da morte, fim do mundo ou coisas do gênero para assustar e atemorizar as pessoas. Trata-se de uma mudança na forma com que a morte passa a ser encarada. Mais do que isso, o que Benjamin pretende é resgatar a noção de que “é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e, sobretudo a sua existência vivida – é dessa substância que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível” (BENJAMIN, 1994, p. 207). É esta condição que deixou de existir na modernidade. Esse outro e novo aspecto que a morte assumiu na sociedade burguesa, diz Benjamin, “fez com que a idéia da morte fosse perdendo, na consciência objetiva, sua onipresença e sua força de evocação” (BENJAMIN, 1994, p. 207). A consequência dessa postura é a perda da autoridade, visto que que, de acordo com Benjamin, “a morte é a sanção de tudo o que o narrador pode contar. É da morte que ele deriva sua autoridade. Em outras palavras: suas palavras remetem à história natural” (BENJAMIN, 1994, p. 208).

A reflexão acerca da ideia de morte feita por Benjamin tem, portanto, uma dimensão que vai além das questões biológicas ou religiosas que a envolvem e, mais do que isso, o que podemos notar é que o momento da morte revela outra dimensão que também é ética e

política. É nesse momento que as experiências que resultam das relações humanas apresentam-se com maior nitidez. Segundo Gagnebin, no parágrafo X de *O Narrador*, Benjamin fala sobre a morte, destacando essa nova relação que com ela precisa ser estabelecida.

Trata-se de nada menos que estabelecer uma nova relação com a morte, portanto, com a negatividade e com a infinidade, o que, aliás, parece orientar numerosas interrogações filosóficas de hoje. O fim da narração e o declínio da experiência são inseparáveis, das transformações profundas que a morte, como processo social, sofreu no decorrer do século XIX, transformações que correspondem ao desaparecimento da antítese tempo-eternidade na percepção cotidiana e, como indicam os ensaios sobre Baudelaire, à substituição dessa antítese pela perseguição incessante do novo, a uma redução drástica da experiência do tempo, portanto (GAGNEBIN, 1994, p. 73).

A ideia de que todo mundo morre um dia, com a banalidade da morte vista nos últimos séculos, pode ser entendida como resultado desse desaparecimento da antítese tempo-eternidade da percepção cotidiana. Com a banalização, o temor da morte, que poderia resultar em aprendizado, não tem forças nem tempo para revelar esse aprendizado. Charles Feitosa escreve que diante da morte certa, ainda que essa possibilidade seja incerta, “todos os problemas têm importância relativa, todos os projetos têm urgência absoluta. O medo profundo é, em certa medida, um saber da finitude. Essa sabedoria do medo tem o poder da transformação de si e do mundo” (FEITOSA, 2004, p. 171).

Essa transformação poderá não acontecer, se a sabedoria do medo não for revelada. E como poderá ser revelada sem a possibilidade de narrá-la? Gagnebin ajuda a pensar sobre isso com a seguinte reflexão:

Ora, se morrer e narrar tem entre si laços essenciais, pois a autoridade da narração tem sua origem mais autêntica na autoridade do agonizante que abre e fecha atrás de nós a porta do verdadeiro desconhecido, então declínio histórico da narração e recalque social do morrer andam juntos. Não se sabe mais contar e, como o caçador Gracchus de Kafka, acontece também que não se consegue mais morrer. Seguindo as orientações de Benjamin, podemos então ariscar a hipótese de que a construção de um novo tipo de narratividade passa, necessariamente, pelo estabelecimento de uma outra relação, tão social como individual, com a morte e com o morrer (GAGNEBIN, 1994, p. 74).

Nessa “outra relação”, o que precisa ser restabelecido é a capacidade de contar (narrar), que foi se perdendo lentamente até chegar a seu momento mais crítico na modernidade. Encontramos alguns apontamentos que poderiam levar a essa outra relação com

a morte em Herbert Marcuse (1898-1979), no seu livro *Eros e Civilização* (1955). Charles Feitosa, inteligentemente, se apropria das observações de Marcuse para fazer as suas observações. De acordo com Feitosa, o que Marcuse afirma é que “em uma sociedade onde as pessoas pudessem viver em condições não repressivas, gozando de liberdade de trabalhar e de ter prazer, todos poderiam aceitar morrer em paz” (FEITOSA, 2004, p. 181). A tese de Marcuse sobre esse tema, e que nos ajuda a pensar sobre a problemática da morte em sua relação com a narração é: “as pessoas podem morrer sem terror, quando elas sabem que aquilo que elas amam está protegido da miséria e do esquecimento” (MARCUSE apud FEITOSA, 2004, p. 181).⁸ Proteger do esquecimento é a função da memória que continuará ativa, desde que continue sendo alimentada por narrativas resultantes de uma experiência coletiva, reconhecida pela partilha de ideias.

Muitas perguntas surgem diante do que foi problematizado nessa seção, mas quando relacionamos essas reflexões com a pandemia e nos damos conta de que “a covid-19, doença causada pelo SARS-CoV-2, já fez mais de 5,1 milhões de mortos e o número de infecções em todo o planeta subiu, em 23 meses, a 252 milhões”⁹, sendo que muitas dessas milhares de pessoas, em função das más condições sanitárias de muitos países, entre outras adversidades, não tiveram sequer a oportunidade de tentar lutar contra o vírus, aí então nos perguntamos se a conclusão de Marcuse está encontrando vias possíveis para ser vivenciada.

Eis a razão por que entendemos que a experiência coletiva e a rememoração enquanto um trabalho educativo pode ser benéfica à humanidade, não apenas para superar um momento difícil, mas, principalmente, para não voltar a cometer erros que provocam mortes. Sabemos que esse não é um exercício fácil, pois, provavelmente, nunca conseguiremos saber tudo o que está envolvido nos acontecimentos que provocaram a pandemia e nos acontecimentos decorrentes dela, mas como diz Benjamin “Articular historicamente o passado não significa ‘conhecê-lo como de fato ele foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja num momento de perigo” (BENJAMIN, 1994, p. 224). Momentos de perigo podem ser evitados e superados com educação, mas essa precisa refletir experiências que sinalizem a evolução humana e não a miséria humana.

⁸ Nas observações de Marcuse há importantes contribuições que podem ser usadas para enriquecer as análises sobre o conceito de narração, no entanto, para não misturarmos muitas ideias, de diferentes autores, não aprofundaremos aqui neste trabalho as concepções de Marcuse.

⁹Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/internacional/noticia/2021-11/oms-acende-sinal-de-alerta-mortalidade-por-covid-19-sobe-na-europa> Acesso em novembro de 2021.

A educação e a narração da vida. Respondendo à pergunta: por que temos que lembrar as experiências da pandemia?

Em um artigo intitulado “*Pandemia e falácias do discurso do homo economicus*”, o filósofo espanhol/brasileiro Castor Ruiz (2020) destaca que a pandemia (*covid-19*) está colocando em crise o atual *modelo civilizatório* ao demonstrar que “o outro não é um apêndice do eu, como pensa o individualismo. São estereis as atitudes individualistas como solução egocêntrica para um problema global de grandes dimensões” (RUIZ, 2020). Ou seja, o *outro* é a condição para a “*minha*” existência e sobrevivência.

Conforme afirma Castor Ruiz (2020), é esse “um tempo de reciclar os odres velhos que negam o valor da vida e pensar responsabilidade coletiva de novas formas-de-vida”. Não podemos desperdiçar tal oportunidade, mas precisamos unir forças na elaboração e efetivação de processos educacionais que correspondam a esses anseios emancipadores.

A pandemia (*Covid-19*) “chacoalhou” a humanidade, mas o irromper da consciência para esse “chacoalhar” precisa permanecer atento à máxima legada pela pandemia do Coronavírus: *cuide-se de si para melhor cuidar dos outros*. Do contrário, conforme sinaliza o filósofo, “se não formos capazes de modificar esse modelo *utilitarista tanatopolítico da vida*, novas e grandes crises virão, desta vez de caráter ecológico, a que talvez nem consigamos dar uma resposta tão eficiente” (RUIZ, 2020). Por tudo isso, não podemos permanecer reticentes diante do que a pandemia provocou.

A *experiência Coronavírus* tem nos mostrado que as dimensões éticas e antropológicas que alimentam os ideais da humanidade precisam ser reavivadas. E esta ação não acontecerá sem que a solidariedade seja vivenciada. Mas como ser solidário/a desconectado/a de uma experiência coletiva que consiga transmitir conhecimentos que gerem novos aprendizados?

Conhecimento e aprendizagem são pressupostos da *experiência coletiva* descrita por Walter Benjamin. Portanto, o que for contrário a elas tem implicações no empobrecimento de experiências. E o que exemplificaria melhor, nesse momento da história, aquilo que se apresenta como contrário a esses pressupostos senão as chamadas *Fake News*? Ou seja, será difícil encamparmos uma luta solidária em prol da vida se nos deixarmos vencer pelas notícias falsas (*Fake News*), pelo *negacionismo científico*, pelo *terraplanismo* etc. E como enfrentamos isso? A resposta deveria ser única, com educação. Sim, com educação, não há dúvida sobre isso, mas essa educação precisa estar à altura dos desafios postos. Nesse sentido,

precisamos pensar em um *processo educacional*. Tal processo precisa estar qualificado a ponto de criar condições para melhorar a vida das pessoas e evitar mortes.

É por isso que temos que rememorar as experiências da pandemia. Mas essa rememoração não pode ser à luz do desejo de *outrém*, ela precisa abrir espaço a uma memória viva sobre o que aconteceu a partir de 2019 com o surgimento da pandemia. A nossa compreensão é de que as gerações que vivenciaram a pandemia provocada pelo covid-19 têm a responsabilidade de transmitir às novas gerações o significado dessa experiência. Nesse caso, o desejo é de que os conhecimentos transmitidos consigam sensibilizar as novas gerações a ponto de fazer com que os erros cometidos pela geração precedente não sejam repetidos. Temos expectativas de que isso é possível, para tanto, é urgente um processo educativo que vivencie experiências coletivas abertas ao desenvolvimento da ciência, à defesa da democracia e à exaltação da vida.

Considerações finais

Esse artigo procurou chamar atenção para um fato: as consequências da pandemia. Estas consequências poderão ser drásticas se não nos preocuparmos em identificar o contexto das experiências desse tempo pandêmico. Se não atentarmos para os sentidos das experiências vivenciadas nesse período, repetiremos e expressaremos o que Benjamin chama de experiências empobrecidas. No empobrecimento das experiências prevalece a ausência da palavra comum e a partilha de ideias não acontece, pois, na falta de experiência coletiva, “não há o que contar”.

Em suas reflexões sobre a forma e as condições em que cada ser humano conduz a sua própria vida, Walter Benjamin ressalta que essa condição, da infância à velhice, é marcada por experiências. Ao tocar em alguns pontos específicos, como aqueles que analisam a vivência de uma experiência, o autor destaca: “vivenciar sem espírito é confortável embora funesto” (BENJAMIN, 1984, p. 25). Essa observação serve de apoio e ajuda a compreender outra ressalva a respeito da experiência feita por Benjamin: “cada uma de nossas experiências possui efetivamente um conteúdo, conteúdo que ela recebe do nosso próprio espírito” (BENJAMIN, 1984, p. 25). Nesse sentido, por mais dolorosa que possa ser uma experiência, de acordo com Benjamin, ela “dificilmente levará aquele que a persegue ao desespero” (BENJAMIN, 1984, p. 25), mas para isso é preciso que essa experiência ambicione a coletividade. Uma experiência “abertamente coletiva” poderá transformar-se numa busca para

com a emancipação humana, isso porque, graças a ela, o passado, o presente e o futuro poderão ser movimentados através da rememoração de tais experiências.

A experiência coletiva, portanto, é uma possibilidade de resistência e enfrentamento à reprodução de experiências individualizadas (*Erlebnis*), que, *ao fim e ao cabo*, são a expressão de um mundo fragmentado. A reprodução de vivências individualizadas induz muitos seres humanos a considerar que as coisas são assim mesmo e que cada um deve pensar somente em si. Por conta dessa mentalidade muitas pessoas não conseguem mais enxergar outras e novas possibilidades, mas elas não só existem como são possíveis. Contudo, exigem que o nosso entusiasmo para com a vida seja maior que as misérias humanas e os projetos de morte.

Em síntese, o que o artigo procurou dizer é que precisamos rememorar a experiência da pandemia com o propósito de transmitir uma experiência às novas gerações que tenha na sua essência os pressupostos básicos para não permitir que erros sejam repetidos. Para tanto, é preciso que permaneçamos atentos às formas pelas quais e nas quais são arquitetados os encontros entre gerações. Não raras vezes, conforme os ventos das mudanças, as experiências que marcaram a trajetória de uma geração adormecem, mas mantêm-se vivas à espera de oportunidades para ganharem vida nos discursos e práticas de novas gerações. Daí a importância de acionar a memória em busca de uma interpretação crítica da realidade. O êxito dessa ação, porém, está atrelado a um processo educacional que expresse essa dimensão política da memória com todas as suas condições de possibilidades, inclusive, as que promovem a ocultação de experiências e acontecimentos. *O irromper de uma consciência desperta*, como sugeria Benjamin, parece estar imbricado a um processo educacional que não ignore essas advertências e possibilidades.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. **Reflexões**: A criança, o brincar, a educação. São Paulo: Sumus, 1984.

BENJAMIN, W. **Sobre arte, técnica, linguagem e política**. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1992.

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política**: Ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FEITOSA, C. **Explicando a Filosofia com Arte**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GAGNEBIN, J. M. **Walter Benjamin: Os Cacos da História**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

GAGNEBIN, J. M. **História e Narração em Walter Benjamin**. Campinas: Fapesp, 1994.

LÖWY, M. “Distante de todas as correntes e no cruzamento dos caminhos: Walter Benjamin”. In: **Redenção e utopia: O judaísmo libertário na Europa central**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MARCUSE, H. **Eros e Civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

RUIZ, C. M. M. B. Pandemia e falácias do discurso do homo economicus. **IHU**, São Leopoldo, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598157-pandemia-e-as-falacias-do-homo-economicus>. Acesso em: 12 abr. 2021.

VIEIRA, M. L.; SILVA, I. de O.(org.). **Memória, subjetividade e educação**. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.

Como referenciar este artigo

SANTOS, C. A educação e a narração da vida: Por que temos que rememorar as experiências da pandemia? **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 2, p. 1204-1220, jun. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.2.15905>

Submetido em: 29/11/2021

Revisões requeridas: 21/01/2022

Aprovado em: 19/03/2022

Publicado em: 30/06/2022

Processamento e edição: Editoria Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, padronização e tradução.